

Educação Comparada: Rotas de Além-Mar DONALDO BELLO DE SOUZA, SILVIA ALICIA MARTÍNEZ (ORG.)

XAMÃ, SÃO PAULO, 2010, 513 p.

Por ocasião de seu estágio pós-doutoral na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, os professores Donaldo Bello de Souza, da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e Silvia Alicia Martínez, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense, percebendo a importância que os estudos de Educação Comparada vêm ganhando na pesquisa educacional, julgaram oportuno organizar um livro que discutisse aspectos teórico-metodológicos e apresentasse pesquisas nessa perspectiva, abrangendo o Brasil e Portugal. Assim, chega em boa hora esta obra no contexto educacional brasileiro. Como diz o professor João Barroso da Universidade de Lisboa, no seu prefácio:

Nunca, como hoje, utilizou-se tanto a comparação em educação, em diferentes contextos e com diferentes propósitos, e nunca, como hoje, a educação comparada, enquanto disciplina e campo de estudo, interrogou-se tanto sobre sua identidade e seu futuro.

O livro está organizado em quatro partes, que possibilitam ao leitor transitar por rotas construídas pelos 27 autores que dele participam. Os cinco textos que compõem a primeira parte – Educação comparada: possibilidades e limites – traçam um panorama da Educação Comparada, fornecem referências teóricas e metodológicas para se compreender a forma pela qual esse campo vem se delineando e introduzem o leitor na temática estudada, fornecendo recursos para a leitura dos textos que integram as outras partes. Antônio Nóvoa agrega valor à obra, ao mapear o campo da Educação Comparada e analisar suas possíveis configurações. Entre outras considerações, salienta a importância de uma reconfiguração do campo para que se leve em conta novos problemas, modelos e abordagens. Jurgen Schriewer problematiza o desenvolvimento de uma metodologia comparativa e a complexidade que envolve esse processo. Ana Isabel Madeira busca situar a Educação Comparada no cenário das Ciências da Educação e discute as tensões entre concepções divergentes de abordar a comparação. Antonio Gomes Ferreira procura explorar o sentido da Educação Comparada e discorre sobre sua evolução, marcada pela pluralidade e pela multiplicidade, afastando-se das semelhanças e diferenças. Finalizando essa parte, Donaldo Bello de Souza e Silvia Alicia Martínez realizam um estado do conhecimento a respeito da Educação Comparada Brasil-Portugal, trazendo contribuição importante sobre o campo.

A segunda parte – História da Educação em perspectiva comparada Brasil-Portugal – reúne pesquisas desenvolvidas no campo da História da

Educação. Ana Lúcia Cunha Fernandes analisa a gênese e a produção de um discurso especializado sobre educação, veiculado por revistas pedagógicas portuguesas e brasileiras no último cartel do século XIX e nos anos 20 e 30 do século XX. A análise evidencia que o conhecimento pedagógico, na maioria das vezes afirmado como inovador e libertador, possui, na realidade, um caráter homogeneizador e autoritário, que não pretende regular somente as práticas educativas, mas também as práticas sociais. Silvia Alicia Martínez tem como ponto de partida a análise de manuais pedagógicos e sua contribuição para se compreender os discursos da área em diferentes épocas. A autora analisa um manual elaborado em Portugal e editado pela última vez em 1890, o qual é indicado como material de estudo na Escola Normal Campos, na antiga província do Rio de Janeiro. Maria Celi Chaves Vasconcelos se debruça sobre a educação doméstica, prática das elites portuguesas e brasileiras do século XIX, e recupera suas diferentes formas e funções, as quais permitiram que essa modalidade de educação se mantivesse durante todo o século XIX, convivendo com colégios particulares e com a escola pública emergente. Vivian Batista da Silva contribui com a análise de manuais pedagógicos brasileiros e portugueses escritos para as alunas das escolas normais, apontando para o modo pelo qual diferentes práticas discursivas se relacionaram, delineando maneiras de pensar e de agir. Gláucia Maria Costa Trinchão recupera a trajetória e identifica as raízes históricas da inserção da disciplina Desenho na escolas imperiais luso-brasileiras a partir da institucionalização do ensino-público no século XIX. Vera Lúcia Gaspar escreve um texto de título instigante, “Estar aqui, estar lá”, no qual explora os sentidos da profissão docente no Brasil e em Portugal.

Nos textos que compõem a terceira parte – Educação superior de jovens e adultos, inclusiva e formação de professores em perspectiva comparada Brasil-Portugal – o estudo de Ana Maria Gonçalves de Souza discute, sob a perspectiva comparada, programas de financiamento do ensino superior, e afirma que, tanto no Brasil como em Portugal, eles vem assumindo importância política, financeira e social. Se a concessão de bolsas nos dois países atende, por um lado, uma parte da sociedade preocupada mais com a certificação do que com a qualidade, por outro, compactua com grupos empresariais que visam aumentar seus lucros. A autora lança a questão: até que ponto o financiamento do ensino superior luso-brasileiro atende às necessidades sociais ou está a serviço da lógica capitalista? Rui Canário e Sonia Maria Rummert discutem as políticas voltadas para a Educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil e em Portugal. A análise de programas como Novas oportunidades, em Portugal, e Projovem e Proeja, no Brasil, permite afirmar que esse tipo de programa não possibilita que a classe trabalhadora altere sua condição social. A educação se transforma no grande fetiche da atualidade e passa a ser oferecida como solução para questões como o desemprego ou a precarização do trabalho, que necessitam

de outra ordem de enfileiramento. Fabiany de Cássia Tavares Silva aborda a criação e o funcionamento de salas de recursos no Brasil e de apoio em Portugal. Analisa a evolução histórica desses serviços procurando compreender de que maneira a oferta desses recursos para a Educação Especial pode contribuir para enfrentar os desafios da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas comuns. Maria Luísa Furlan Costa retoma aspectos históricos e legais do processo de criação e consolidação da Universidade Aberta de Portugal e do Sistema Universidade Aberta do Brasil e conclui que a modalidade de ensino a distância, em que pese a necessidade de uma avaliação contínua, tem contribuído para a democratização do ensino superior nos dois países, especificamente no que se refere à capacitação de professores. Finaliza essa parte o texto de Olinda Evangelista. Apoiando-se na análise de atas das reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – Anped –, no Brasil, e de atas da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação – SPCE – em Portugal, discute a noção de profissionalização e as implicações políticas de suas diferentes abordagens. Segundo a autora, grande parte dos trabalhos que abordam a profissionalização apresenta um professor obsoleto e oculta as condições objetivas que constituem esse professor.

A quarta parte – Gestão e avaliação da educação em perspectiva comparada Brasil-Portugal – engloba quatro pesquisas. Candido Alberto Gomes e Marta Luz Sisson de Castro discutem a descentralização da educação. Para isso, analisam o caso do Brasil e de Portugal. Angela Maria Martins tece considerações sobre a gestão e autonomia escolar nos dois países, com base na análise do conjunto normativo da literatura que explora o tema e em entrevistas realizadas com gestores. Observa, entre outras questões, que a agenda política implementada em ambos os países a partir dos meados dos anos 1980 é pauta no discurso da modernização e da autonomia escolar, mas não provoca rupturas importantes na cultura político-administrativa tradicional, acabando por gerar tensões entre as redes escolares e os órgãos centrais. Flávia Obino Corrêa Werle e Daianny Madalena Costa direcionam sua reflexão para as políticas participativas em escolas públicas de educação básica brasileiras e portuguesas. Analisam a Assembléia de Escola nas escolas públicas portuguesas e os Conselhos Escolares na educação básica de alguns estados brasileiros. O estudo aponta para semelhanças entre as duas modalidades de participação, ambas comprometidas com uma tendência de autonomia das instituições escolares, presente nos dois países. Alícia Bonamino e Fátima Alves realizam um estudo comparativo cujo objetivo é identificar características escolares promotoras de eficácia escolar no Brasil e em Portugal com base no desempenho de leitura dos estudantes.

Por fim, é importante destacar a ousadia e a competência dos organizadores que, ao agregar pesquisadores que percorreram rotas de além-mar realizando doutorados e estágios pós-doutorais em Portugal,

garantiram organicidade e fluidez à obra. Cada texto individualmente e o livro como um todo acrescentam elementos importantes ao campo da Educação Comparada, o livro constitui referência para pesquisadores que pretendem se atualizar sobre o enfoque comparado e contribuir para o adensamento da discussão a respeito da Educação Comparada.

ECLEIDE CUNICO FURLANETTO *eclidean@terra.com.br*

Doutora em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com pós-doutorado pela Universidade de Barcelona. É coordenadora do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Cidade de São Paulo e membro do comitê científico da Editora Paulus.

Jovens na Transição Escola-Trabalho: Tensões e Intenções

GISELA LOBO BAPTISTA PEREIRA TARTUCE

SÃO PAULO: ANNABLUME, SÃO PAULO, 264 p.

É com originalidade e rigor que a autora enfrenta a complexa questão, sempre em evidência: os processos de inserção dos jovens no mundo do trabalho.

Fruto de tese de doutorado, a publicação evidencia a segurança de Gisela Tartuce no desenvolvimento da pesquisa empírica, cuja consistência tem por base a orientação de reconhecida especialista do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, e é também sustentada pela sólida trajetória profissional e acadêmica da autora no Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas.

De fato, Tartuce, em sua dissertação de mestrado, já havia mergulhado, com rara sensibilidade crítica, nos desafiadores meandros teóricos de obras clássicas da sociologia do trabalho.

Nesta pesquisa, a abordagem empírica traz as vozes eloquentes de jovens, cujos “caminhos de pedras”, como diria Milton Nascimento, não impedem expectativas otimistas, estratégias diversificadas e diferentes níveis de esforço para melhorar as chances de obter uma ocupação satisfatória. As frequentes dissonâncias entre o que é representado nessa busca e o que é efetivamente concretizado também constituem importante objeto de análise.

A discussão de princípios teóricos está intrinsecamente ligada à orientação metodológica e à definição dos procedimentos de campo. Assim é que a conclusão teórica de que não há homogeneidade na condição de “ser jovem” fez com que a seleção do grupo pesquisado contemplasse diversas diferenças objetivas.

Foram entrevistados 21 rapazes e 24 moças, matriculados ou egressos do ensino médio, ou já cursando nível superior, oriundos de escolas públicas e privadas, com idades que variam entre 15 e 28 anos, ainda vivendo com os pais ou com famílias próprias já constituídas, pertencentes a camadas sociais